

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A Expressão do Capitalismo Dependente na Formação do Estado de Mato Grosso

Viviani Sousa Barros

Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT

barrosviviani21@gmail.com

Lélica Elis Pereira de Lacerda

Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT

lelicaelis@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho buscou refletir sobre a formação do Brasil, enquanto país que compõe a América Latina e que está sujeito ao desenvolvimento capitalista de forma dependente dos países centrais e imperialistas. Também buscou refletir sobre a formação do Estado de Mato Grosso, compreendendo ser este processo a expressão da dependência de forma violenta, na medida em que expropria os povos nativos para a colonização, retira os recursos naturais de forma predatória e, com incentivo dos governos do regime militar durante os anos da década de 1970, reforça a política agroexportadora da região com o desenvolvimento do agronegócio.

O presente artigo é resultado de estudos bibliográficos. Ele está dividido em duas partes: na primeira, é analisada de forma breve a formação do Brasil enquanto país capitalista dependente (FERNANDES, 2005; MARINI, 2000) e, na segunda, é traçado um panorama histórico da formação de Mato Grosso até os dias atuais em conformidade com a dependência.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

1. EXPRESSÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA FORMAÇÃO DO BRASIL

Os países latino-americanos possuem em comum o processo de colonização exploratório em que toda sua riqueza natural passa a ser extraída em função dos interesses das metrópoles, de costas a seu povo. Segundo Ribeiro (2014), são diversos os fatores que levam o povo brasileiro à identificação enquanto latino americano. No entanto, o mais importante elemento de identificação do Brasil como país da América Latina é que:

[...] o motor de integração que operou e ainda opera na América Latina, forjando sua uniformidade cultural e prometendo concretizar amanhã sua unidade sociopolítica e econômica, reside no fato de sermos o produto de um mesmo processo civilizatório- a expansão ibérica- que aqui implantou seus rebentos com prodigiosa capacidade de crescer e se multiplicar. (RIBEIRO, 2014, p.14)

Assim, pode-se compreender que, o que produz nossa unidade enquanto países que compõem a América Latina é o fato de termos sido nações exploradas pelo avanço da colonização ibérica e permanecermos, até os dias atuais, na posição de povos colonizados.

Esse grupo de países que tem as características descritas no parágrafo anterior - a América Latina - se forja como consequência da expansão comercial iniciada por volta do século XVI pelo capitalismo que, naquele momento, era nascente e, desta maneira, se coloca em contato direto com o capitalismo internacional e, mais especificamente com os países de capitalismo central (MARINI, 2000).

A América Latina ocupou posição fundamental para o desenvolvimento do capitalismo dos países de economia central, como, por exemplo, a Inglaterra. Isso por que éramos - e ainda continuamos sendo - fornecedores de matérias primas necessárias para o crescimento industrial.

É através do fornecimento dessas matérias primas, que saíam de colônias - como o caso do Brasil -, que nesses países se desenvolve mais aceleradamente o capitalismo, principalmente a partir da Revolução Industrial no século XIX.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Sabe-se que, nos países latino americanos, desenvolve-se a luta por independência. Tal luta é parcialmente vitoriosa, pois esses países conquistam apenas a independência política e passam a girar em torno da Inglaterra no aspecto econômico. (MARINI, 2000).

É a partir desse momento que Marini (2000) destaca que nos colocamos definitivamente em uma relação de dependência. Inicialmente essa relação se estabelece com os países europeus, sendo a expressão dessa dependência a divisão internacional do trabalho e a posição subalterna destinada a América Latina nessa divisão.

No que consiste tal posição? Consiste no fornecimento de alimentos e matéria prima para a sustentação do capitalismo nascente e desenvolvimento tecnológico destes países, o que acabou por acarretar uma superexploração dos trabalhadores latino-americanos.

Então, podemos definir a América Latina, como conjunto de países que se inserem no bojo do capitalismo emergencial e se colocam como fundamentais para o desenvolvimento capitalista dos países centrais na medida em que é fornecedora de matéria prima para o desenvolvimento industrial desses países.

O Brasil, inserido nessa mesma lógica, é responsável por fornecer recursos naturais desde a sua colonização até os dias atuais. O país teve seu processo de colonização inicial pautado na exploração dos indígenas e, posteriormente, na escravização dos povos trazidos da África e foi incorporado ao sistema capitalista concomitantemente ao regime de escravidão.

É através da Constituição do Estado nacional - com a Independência do Brasil - e da abolição da escravatura que os germes do capitalismo poderão se desenvolver um pouco mais em terras brasileiras. E, será, contraditoriamente, após a abolição e Independência que as práticas coloniais se reforçarão.

Fernandes (2005) nos oferece uma explicação sobre porque essas práticas colônias se reforçam com a Independência:

Graças e através da Independência, *Nação e Estado nacional independente* passaram a ser “meios” para a burocratização da dominação patrimonialista e, o que é mais importante, para a sua transformação concomitante em dominação estamental típica. Por conseguinte, eles também eram “condições e “meios”: 1.º) para resguardar as estruturas coloniais em que se fundavam, econômica, social e moralmente, as formas tradicionais de dominação patrimonialista; 2.º) para privilegiar, politicamente, o prestígio social dos estamentos senhoriais, fator essencial da burocratização da dominação patrimonialista e sua transformação em dominação estamental propriamente

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

dita. Portanto, sob esse aspecto, a preservação de velhas estruturas e o privilégio dos estamentos senhoriais possuíam, na sociedade brasileira da época, um sentido revolucionário. Eram condições para o rompimento com o estatuto colonial e, ao mesmo tempo, para erigir-se a construção da ordem social nacional a partir da herança colonial (ou seja, de uma “revolução dentro da ordem”). (FERNANDES, 2005, p.75-76).

As mudanças advindas da independência alteraram a estrutura no sentido jurídico-político, se diferenciando, por exemplo, da forma como se deu a Revolução Burguesa nos países de capitalismo central. No Brasil, as mudanças provocaram, inicialmente, autonomia em relação à metrópole que era Portugal, sem deixar para trás as velhas práticas do período colonial.

Nesse sentido, não ocorreram mudanças estruturais, como por exemplo, reforma agrária. Pelo contrário, o Estado brasileiro, anterior ao processo de Independência e abolição da escravatura, preparou o terreno no sentido de impedir que as camadas populares- pessoas escravizadas e demais imigrantes- após a abolição, pudessem ter acesso a terra. Isso pode ser evidenciado na Lei de Terras de 1850 que regulamenta que a posse e acesso a terra devia ser mediante a compra. Ou seja, excluem as camadas populares empobrecidas, beneficiando, mais uma vez, os grandes proprietários e reforçando o latifúndio.

Podemos afirmar que a Independência foi um processo revolucionário na medida em que proporcionou desvinculação política com a metrópole e possibilitou certa autonomia às elites nacionais, no entanto, a base econômica e a condição de vida da população em geral não foi radicalmente alterada. Diferentemente das revoluções dos países centrais em que setores agrários e burguesia entram em luta de vida e morte, no Brasil a elite agrária verá na emergência do capitalismo uma possibilidade de modernizar seus negócios e ampliar seus lucros, não havendo ruptura.

Partindo dessa realidade, afirmamos com base em Fernandes (2005) e Marini (2000) que o Brasil e demais países da América Latina possuem uma forma particular de incorporação do capitalismo. A nossa relação com os países imperialistas nos faz ocupar uma posição de atraso e dependência. O atraso é em relação a capacidade de desenvolvimento autônomo das forças produtivas. Os países centrais imperialistas impedem que a América Latina e demais países atrasados tenham o desenvolvimento industrial autônomo, pois

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

necessitam da nossa subordinação econômica para sustentarem seus impérios, já que também necessitam da matéria prima disponível em nosso território.

Nesse ponto, faz-se necessário caracterizar o imperialismo que, segundo Lênin (2012), é a atual etapa do capitalismo, uma etapa decadente desse modo de produção, que substituiu definitivamente o capitalismo de livre mercado, sendo o marco do surgimento dessa forma de capitalismo o ano de 1900.

Trata-se de um sistema no qual:

A propriedade privada, baseada no trabalho do pequeno patrão, a livre concorrência, a democracia, todas essas palavras de ordem por meio das quais os capitalistas e a sua imprensa enganam os operários e os camponeses pertencem a um passado distante. O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países “avançados” (LÊNIN, 2012, p. 27).

E é, exatamente, por esses elementos que caracterizam a fase imperialista do capitalismo, que tais países “avançados”, no dizer de Lênin (2012), necessitam, como já afirmamos, da subordinação econômica de países como o Brasil.

A partir das reflexões de Fernandes (2005) ao caracterizar sobre a realidade brasileira, identificamos que as elites do país estiveram sempre em movimento, se realinhando em cada período histórico para não perderem seus privilégios. Mesmo a partir da constituição do Estado Nacional os interesses externos nunca deixaram de ser atendidos. Nem mesmo durante o Estado Novo, em que tivemos certo desenvolvimento industrial, deixamos o lugar que nos foi reservado na divisão internacional do trabalho.

Nessa perspectiva, o Brasil, desde a colonização portuguesa aos dias atuais, permanece, enquanto país capitalista dependente, girando entorno dos interesses dos países centrais, como uma economia satélite de Portugal e, posteriormente, dos países imperialistas. Isto não significa dizer que o capitalismo não se desenvolve aqui; ao contrário, ele se desenvolve, mas de forma subjugada, sempre intensificando sua relação de dependência para servir como medida de contra-tendência da queda da taxa de lucro dos países centrais.

Assim, quem efetivamente detém o poder econômico e político é a burguesia imperialista que submete o Brasil a seus interesses; esta, porém, exerce seu poder no Brasil através de aliança com setores das elites locais que, enquanto sócias minoritárias, executam em nosso território a política de dominação, tendo em troca a manutenção de privilégios. Por

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

isso, desde o Brasil Colônia, a economia brasileira tem, como forte característica a modernização de sua economia dentro dos moldes da dependência, sem romper com o latifúndio e a economia agro-exportadora.

É a partir da análise de que somos, enquanto país latino americano, uma economia de capitalismo dependente- que significa dizer fornecedores de matéria prima barata para os países de capitalismo central, mão de obra barata e superexplorada, bem como submetidos a todo tipo de interesse imperialista- verificamos a expressão dessa dependência na forma como se deu a constituição do Estado de Mato Grosso, marcado pela violência contra os povos nativos, exploração dos recursos naturais e economia agroexportadora.

2. FORMAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

O processo de colonização do centro-oeste brasileiro é a expressão particular do desenvolvimento das relações do capitalismo dependente no continente latino-americano, que se moderniza sem romper com a dependência.

A região Centro-Oeste, antes do processo de colonização provocada pelos espanhóis e portugueses, era ocupada pela população indígena, que vivia em um sistema de economia natural, se agrupando em pequenas coletividades e tendo destaque para a produção seminômade, vivendo, basicamente, da caça, pesca e agricultura. (BERTRAN, 1988).

Os primeiros que se empenharam na região foram os espanhóis durante o século XVI. No entanto, não obtiveram êxito devido à ausência de investimento econômico, ao próprio isolamento da região e, pela grande resistência dos povos indígenas. Já os portugueses adentraram a região “[...] na 1º metade do século XVII com a destruição das referidas missões jesuítas pelos paulistas e com o avanço destes sempre ao norte, com o objetivo de substituir o “Empório Asiático” lusitano, perdido para os ingleses e holandeses.” (BERTRAN, 1988, p. 18).

Sendo os paulistas, que haviam sido expulsos de Minas Gerais, dotados de técnicas utilizadas na mineração, vão, em 1719, descobrir ouro nas proximidades de Cuiabá (BERTRAN, 1988) inaugurando a colonização portuguesa na região, tendo como marca: forte presença dos bandeirantes que tinham como objetivo a capturação da população indígena a fim de transformá-los em trabalhadores escravos e, mais adiante, pelo interesse nas riquezas

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

minerais presentes na região. (RIVERA; PINTO, 2008). Nessa fase o Estado “[...] recebeu um considerável fluxo migratório atraído pelas minas de Cuiabá, tornando-a uma das nucleações mais populosas do Brasil”.(RIVERA; PINTO, 2008, p.242).

A extração dos recursos minerais foi realizada mediante conflito com a população nativa, que, em grande parte, acabou sendo dizimada ou pelo contato ou pela própria política de escravização e confronto. (RIVERA; PINTO, 2008).

Essa fase de exploração dos recursos minerais, tendo destaque para o ouro, sustentou o desenvolvimento da metrópole e demais países de capitalismo central que estavam na gênese de desenvolvimento capitalista, necessitando, assim, de matéria prima.

[...] vivia-se na Europa o surgimento dos esquemas fabris organizados, com avanço dos sistemas colonialistas inglês e francês nos espaços perdidos pelas colonizações hispânicas e portuguesas.

No contexto tricontinental da colonização portuguesa, a perda, no século XVII, dos empórios comerciais na Ásia, reduziu a economia lusitana à mobilização de dois fatores principais: a economia açucareira do Brasil, em violenta concorrência com a competição antilhana, e às feitorias escravagistas da África.

A par das limitações desse império “encolhido”, Portugal, em permanente confronto com a Espanha, precisou valer-se do “guarda-chuva” militar protetor da Inglaterra, levando, em 1701, à assinatura do tratado de Methuen, em que a Inglaterra se posicionava como fornecedora de produtos industrializados ao pacto colonial lusitano. (BERTRAN, 1988, p. 19)

A partir disso, podemos afirmar que o cenário internacional influenciou substancialmente para que houvesse o processo de exploração de ouro da região Centro-Oeste. Bem como as escolhas políticas de Portugal, que levaram a necessidade de receber “proteção” da Inglaterra.

Formou-se, a partir disso, um auxílio mútuo entre Portugal e Inglaterra. Em que o primeiro necessitava de proteção política e econômica e a segunda estava em pleno desenvolvimento capitalista, necessitando de matéria prima.

Nesse sentido, podemos afirmar que, desde a sua colonização o Estado de Mato Grosso, acompanhando a lógica nacional e latino americana, tem sido colocado em uma condição de subalternidade em relação aos países centrais no que tange o desenvolvimento econômico, se colocando, dentro da divisão internacional do trabalho, como fornecedor de matéria prima e mão de obra barata (MARINI,2000).

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Esse papel de exportador de recursos naturais pode ser expresso, por exemplo, através da quantidade de extração de ouro da região em que ficou evidenciado durante o

[...] período de 1700/70 atingiu 50% do que se produzira no mundo inteiro durante os anteriores 300 anos, cabendo a Goiás e Mato Grosso aproximadamente 30% desse valor. Ainda em 1935 esse ouro comporia por volta de 2% dos estoques mundiais totais.

Em termos de tempo (ainda segundo Simonsen), produziu-se em Goiás e Mato Grosso em um século o que todas as minas de ouro do mundo produziram anteriormente em não menos de 90 anos. (BERTRAN, 1988, p.27).

A partir do declínio aurífero a atividade que passa a ter maior destaque são as práticas agropastoris “[...] expandindo-se principalmente as plantações de cana-de-açúcar, voltadas à produção de açúcar e aguardente, dando suporte econômico aos povoados de Santo Antônio e Barão de Melgaço.” (RIVERA; PINTO, 2008, p.243).

A área mercantil passará a ter maior destaque neste momento, ocorrendo à aliança entre os interesses mercantis com os da agropecuária, criando um conjunto econômico centralizado nas mãos de um grupo reduzido de comerciantes, o que acarretará um conflito local denominado Rusga Cuiabana.

Esse conflito- da Rusga Cuiabana- ficou marcado pelo sistema rigoroso que os comerciantes portugueses impuseram a população local. Além de terem domínio dos assuntos econômicos necessários para o desenvolvimento comercial, passam a controlar os assuntos relacionados ao mercado agrícola, confrontando-se, com os trabalhadores locais. Essa intromissão nos assuntos agrícolas gerou uma forte crise inflacionária causando aumento em diversos produtos que faziam parte da alimentação da população, como também, aumento no valor do ouro. A oposição a esse sistema ocasionou o conflito armado entre os trabalhadores nativistas (brasileiros) com os comerciantes portugueses ou ligados a esse grupo, em maio de 1834 até setembro deste mesmo ano (BERTRAN, 1988).

Com a diminuição da extração do ouro, as atividades agropastoris e mercantis passam a ter maior destaque, como já mencionado, tendo centralidade na economia local a plantação de cana de açúcar para a produção de açúcar, aguardente e derivados.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

O ciclo de cana de açúcar na região teve dois períodos. O primeiro momento foi marcado pela produção pautada na prática pré-fabril em que se utilizavam a tração animal e mão de obra escrava, enquanto que no segundo período já obtinham a tecnologia do vapor, no entanto, as relações de trabalho ainda eram semi-serviço, essa situação alterada, somente no primeiro momento do Estado Novo.(BERTRAN, 1988).

Com a constituição do Estado nacional e Revolução de 1930, temos no século XX uma política voltada para a incorporação da região Centro- Oeste aos demais Estados do país. Regime esse que foi denominado de Política de Integração Nacional. Tal política se pautou em duas ações específicas para concretizar seus objetivos: “as construções de ligações ferroviárias e a instalação de linhas telegráficas”. (RIVERA;PINTO, p.244). Tendo como resultado o surgimento de novos povoamentos.

A região mato-grossense permaneceu tendo destaque para “[...] atividades agropecuárias, extrativistas e de uma indústria tradicional”(RIVERA;PINTO, p.244), e, novamente, “[...] viu florescer a extração mineral através da descoberta de jazidas diamantíferas na porção Sudoeste do Estado, notadamente nos vales dos rios Araguaia, Garças e São Lourenço, atraindo novos contingentes migratórios.”(RIVERA;PINTO, p.244). Nesse período teremos o surgimento de diversas cidades no interior do Estado devido às novas descobertas de recursos minerais.

O desenrolar das ações propostas por Getúlio Vargas vai submeter a região de Mato Grosso a política denominada Marcha para o Oeste que teve como objetivo central formar as Colônias Nacionais (RIVERA;PINTO, p.245).

No entanto, tal ação não provocou crescimento populacional como desejado na região entre os anos de 1940 e 1950. Assim, a partir dessa experiência, o Governo Federal irá fomentar novamente a colonização do Estado e de todo território do Centro- Oeste, mas, dessa vez, com o objetivo de trazer a população que representava o excedente de outras regiões do país. Para atrair o público excedente o governo se utilizou da tática de destinar terras para fins de colonização pública como privada. (RIVERA;PINTO, 2008).

O resultado disso foi à criação de 29 colônias no antigo território de Mato Grosso, recebendo maior impacto a região que atualmente corresponde ao Estado de Mato Grosso do Sul que até aquele período (1950-1960) não havia se separado. (RIVERA;PINTO, 2008).

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Essa política de concessão de terras, por parte do Governo Federal, reforçou o problema de concentração fundiária no Estado e também contribuiu para o fortalecimento da apropriação da terra “pelo capital agrário, comercial e financeiro”.(RIVERA;PINTO, 2008, p.247).

Já na década de 1970, o Brasil estava vivenciando uma ditadura militar, tendo, neste período, uma ação centralizada no que diz respeito à política de integração nacional. O Estado intervinha no sentido de promover o “desenvolvimento” da região, fomentando, por exemplo, o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (RIVERA; PINTO,2008).

O desenvolvimento pensado para a região não consistia no desenvolvimento de forças produtivas capazes de agregar valor às mercadorias, mas a reposição das relações do capitalismo dependente, em que se priorizava mais uma vez a expansão da produção de commodities baratas a partir da expansão do latifúndio e da contratação precarizada de mão de obra barata.

Assim, durante a ditadura, Mato Grosso recebeu estímulo para que houvesse a apropriação de terras, sendo beneficiário, inclusive, de incentivos fiscais. Nesse processo, a cidade também estava em destaque na medida em que desenvolvia a política de urbanização. (RIVERA; PINTO,2008).

Era necessário e estratégico se apropriarem das terras que, segundo eles, não tinham ocupação. A existência de populações tradicionais e nativas não fazia parte do plano nacional que trazia o “desenvolvimento” econômico também defendido pelos governos militares. Vale ressaltar que era fundamental para a sustentação da ditadura militar adentrar os territórios “despovoados” para que o governo conseguisse se perpetuar na medida em que controlavam todos os espaços, buscando evitar qualquer reação contrária ao governo militar.

O governo militar também tinha interesse de dominar a Amazônia, alegando para isso à necessidade de impedir a “[...] estagnação econômica na economia da borracha, iniciada em 1913”.(SÁ,2011,p.67). Tendo o argumento de que era necessário intervir na região Amazônica- da qual uma parte se encontra no Estado de Mato Grosso- para fomentar e restabelecer o seu desenvolvimento econômico, os governos militares iniciam sua intervenção de imediato, já no ano de 1968 com a criação da rodovia que ligava Belém a Brasília. Tal projeto, além de despertar os interesses do capital nacional irá despertar os interesses estrangeiros (SÁ, 2011).

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Compreendendo ser a Amazônia um solo fértil para receber investimento do capital nacional e estrangeiro, os governos militares, a partir da “Operação Amazônia” criam diversas instituições para trabalhar com foco no enfrentamento dos “problemas” da região.

Nesse sentido, foram criados a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam, o Instituto Nacional de Colonização (INCRA), o Banco da Amazônia (Basa), o Polo do Noroeste (Polonoroeste), o Polo dos Cerrados (Polocentro) e o Programa da Borracha (Probon), com o intuito de expandir a atividade produtiva e ocupar os espaços “vazios” da Amazônia e do Cerrado (BARROZO, 2008 *apud in* SÁ,2011, p.69).

No entanto, o que faziam questão de ignorar era o fato da região Amazônica e do Cerrado não serem espaços vazios no sentido de não terem presença humana. A lógica de funcionamento da região era diferenciada da que queriam que fosse imposta por eles. A Amazônia, bem como o território mato-grossense, era marcada pelo grande número de populações indígenas tendo, cada grupo, seu modo de organização e, com isso, uma relação diferenciada com a terra.

Essa relação que os povos indígenas possuem com a terra ia de desencontro com o objetivo da ditadura militar, que buscava a mercantilização da mesma, bem como o fortalecimento de uma economia voltada cada vez mais para produção de commodities para agroexportação, necessitando, sempre mais, de terras para expandir os negócios e entregar todos os recursos naturais para a exploração do capital estrangeiro.

Nesse sentido, o governo militar, sob o discurso patriótico e desenvolvimentista, reforçou ainda mais a subalternidade do país em relação às economias de capitalismo central já que abriu condições, sem precedentes, para que viessem colonizar a região.

Durante os anos da ditadura militar, iniciada em 1964, a questão agrária no Brasil passou a ser mais tensionada “[...] uma vez que o governo militar proporcionou iniciativas que promoveram uma concentração fundiária em escalas até então não verificadas nas zonas de expansão da fronteira agrícola sediadas na região amazônica [...]” (NAKATANI; FALEIROS, VARGAS, 2012, p.227). Tendo objetivo de avançar com a acumulação capitalista no campo, os governos militares optaram por apoiar o desenvolvimento do modelo do agronegócio e, novamente, se colocaram frente a uma política de exploração dos recursos naturais para a exportação.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Como o próprio nome já nos remete ao sentido de agricultura voltada para o negócio. O agronegócio vem do conceito de “*agrobusiness*”, empreendido durante os anos de 1950 nos Estados Unidos. Tendo sido o termo disseminado no Brasil apenas por volta dos anos de 1980. (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008).

Enquanto o termo “agronegócio” passará a ser disseminado no Brasil a partir de 1980 a prática advinda desse modelo já estava trazendo rebatimentos e conseqüências para os povos nativos e tradicionais.

Podemos afirmar, através da formação do Estado brasileiro e mato-grossense que se configura dentro da lógica do capitalismo dependente, que o modelo do agronegócio é uma conseqüência. Ou seja, a forma como o agronegócio tem se expressado no Brasil e, mais diretamente, na região Centro- Oeste, é o resultado do tipo da nossa Colonização e, posteriormente, pela forma de configuração do Estado brasileiro que nunca promoveu e permitiu mudanças estruturais em relação ao capitalismo dependente.

Nesse sentido, vamos de encontro com o defendido por Fernandes (2005) em que coloca que nossos processos de mudança sempre foram algo estabelecido pelas elites na tentativa de barrar a organização popular e, com isso, impedir mudanças estruturais que pudessem beneficiar a população.

Desta forma, podemos concordar com Lênin, que afirma que: “Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes.”(2010, p.27). Essa mesma perspectiva pode ser observada quando os próprios Marx e Engels destacam que “O poder estatal moderno é apenas uma comissão que administra os negócios comuns do conjunto da classe burguesa” (2011, p.55)

Durante o governo militar o espaço territorial de Mato Grosso passou por significativas mudanças engendradas pela política de incentivo a migração. O incentivo para ocuparem o estado de Mato Grosso “[...] se insere no processo mais amplo de construção capitalista do território, subjacente ao discurso oficial de ocupar os espaços demográficos vazios e de integração nacional”. (ROSSI, 2015, p.36).

Dando prosseguimento à política iniciada por Getúlio Vargas, o regime ditatorial dos anos 1970/1980 promoverá maiores mudanças na estrutura territorial do Estado. É nesse período, de intensa migração, que teremos a vinda de populações do Sul, Sudeste e Nordeste

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

do Brasil, atraídas pela abundância de terra ofertada pelo Estado, o que provocou forte tensionamento com os povos que já viviam na região e que estavam sendo expropriados em nome de uma política de colonização visivelmente em favor do mercado (ROSSI, 2015). A partir disso, podemos concordar que:

A análise da estrutura fundiária e da organização social do processo produtivo demonstra que, Mato Grosso, o latifúndio ou a grande propriedade, pouco ou escassamente trabalhado, cedeu lugar à grande empresa rural. Ou seja, a colonização do Estado favoreceu a expansão do agronegócio, que se configurou em um modelo de produção baseado na monocultura, na concentração fundiária, na mecanização pesada, na degradação ambiental e redução da água disponível, no uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes e transgênicos. (ROSSI, 2015, p. 37)

Ainda de acordo com ROSSI (2015), podemos afirmar que a forma de colonização do espaço mato-grossense favoreceu e ainda tem favorecido a existência do agronegócio na região. Sendo o agronegócio um modelo que se funda na existência do latifúndio, as práticas de concessões de terras, as legislações de incentivos fiscais só têm favorecido esse sistema, agravando a realidade dos povos tradicionais e nativos que vivem e viviam na região.

Tendo recebido forte incentivo dos governos militares em âmbito nacional e local, o agronegócio em Mato Grosso se estruturou e se fortaleceu permanecendo até os dias atuais.

Segundo relatório PIB-Agro Brasil “O agronegócio é entendido como a soma de quatro segmentos: insumos para a agropecuária, produção agropecuária básica, ou primária, agroindústria (processamento) e agrosserviços [...]” (CEPEA, 2017). Sendo, em geral, os produtos do agronegócio voltados para a exportação, recebe, como incentivo do Estado, isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) possível através da Lei complementar 87 de 1996. (BRASIL, 1996).

Essa política de incentivo a exportação reforça cada vez mais a posição ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho. Coloca-nos como fornecedores de recursos naturais enquanto matéria prima para os países de capitalismo central, principais centros imperialistas, como Europa e Estados Unidos. Esses dois países ocuparam, respectivamente, o segundo e terceiro lugar na importação de produtos brasileiros relacionado ao agronegócio no ano de 2016 e 2017 (CEPEA, 2017), ficando atrás, somente, da China.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

O modelo do agronegócio se coloca como a alternativa para o campo brasileiro, tentam nos fazer acreditar

[...] que os problemas do campo brasileiro encontram-se superados, tendo em vista as perspectivas de aumento da produção e da produtividade, e não as condições de vida daqueles que vivem no campo- os trabalhadores rurais e camponeses.(SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p.104)

Nesse sentido, não há para eles a necessidade de questionar a ordem fundiária existente e, muito menos realizar reforma agrária. Para o agronegócio o homem do campo deve existir somente se submetido as suas demandas (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008). O agronegócio se coloca como representante do bem comum, mas

Na prática ocorre um processo de expropriação das terras dos camponeses, desemprego estrutural no campo, concentração das terras e da renda, e a degradação das condições de trabalho (para aqueles poucos que conseguem se manter, precariamente, no processo produtivo). (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 105).

O Estado de Mato Grosso, em todos os períodos históricos, se estruturou com base em atividades que tinham como característica a exploração dos recursos naturais. A partir do incentivo para a ocupação da região Centro Oeste, com os governos militares, o agronegócio passa a ser considerado o principal setor da economia mato-grossense, o que na atualidade é explicitado, inclusive, nas peças publicitárias do governo do Estado.

Segundo dados recentes demonstrados no próprio site do governo do Estado e documento disponibilizado pelo Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), o agronegócio é responsável por 50,5 % do PIB de Mato Grosso, sendo o principal produtor de Soja, algodão em pluma, milho e criador de rebanho bovino. No entanto, o que a leitura dos dados nos permite verificar, através das estimativas do Imea, é que pouco dessa riqueza produzida fica disponível em benefício da região.

Conforme aponta Marini (2000), a produção da economia exportadora quebra o ciclo produção-circulação- consumo, já que a produção mato-grossense circula para o mercado internacional, onde realiza mais-valia independente da capacidade de consumo dos trabalhadores brasileiros. Isso pode ser observado nos dados oferecidos pelo Instituto Mato-

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

grossense de Economia Agropecuária- IMEA em que faz estimativas sobre a destinação dos produtos do agronegócio.

Ainda conforme o IMEA (2018), a soja da região terá participação na produção nacional de 28% e 9% em relação à participação mundial. No entanto, com base nas estimativas da Safra do ano de 2017 e 2018, 57% da soja em grão terá exportação direta ficando 29% para o Mercado de Mato Grosso. Deste 29% será produzido Farelo (97,1%) e Óleo (94,5%). Destas duas produções (Farelo e óleo) será, respectivamente, produzido 61% e 16% para exportação direta.

Em relação à produção de milho, os dados demonstram que a participação do Estado em relação a produção nacional está prevista para 29% e 3% em relação a participação no mundo. Os dados apresentam que 60% do milho em grão será destinado para a exportação direta, ficando, somente para o mercado de Mato Grosso 20%. Destes 20% de milho em grão ficarão no Estado 63% que tem destinação a produção de ração animal (IMEA, 2018).

Já o algodão do Estado está previsto uma participação de 68% na produção nacional. Do algodão em caroço 41% será voltado para a produção da pluma em que desta, 58% tem destinação a exportação direta.(idem, 2018)

Em relação à produção bovina, os dados não disponibilizam a estimativa de participação do Estado em cenário nacional e mundial. Temos, em relação ao destino da produção bovina durante o ano de 2016, 27% voltada para a exportação direta, ficando para consumo doméstico apenas 10%. (ibidem, 2018)

A partir desses dados, nota-se que a produção advinda do modelo do agronegócio no Estado é majoritariamente destinada para o abastecimento do mercado externo. Assim, os trabalhadores participam apenas do processo de produção, no qual quanto mais explorados, mais lucros traz ao capital; não participando do consumo (já que a realização da mais-valia se dá no exterior), o que permite a intensificação da exploração do trabalhador: quanto mais explorado, mais lucro trará ao capital nacional e internacional; por isso impera a superexploração do trabalho.

Assim, pode-se observar que, em todos os períodos históricos até o presente, especialmente considerando os números acima, a economia mato-grossense, seguindo a tendência brasileira e dos países de capitalismo dependente, é caracterizada pelo latifúndio, pela exportação e pela superexploração do trabalho, beneficiando os países de capitalismo

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

central, em detrimento do estado de Mato Grosso, que sofre com acentuado atraso econômico e social, sendo, conseqüentemente, prejudicado por mazelas que são a conseqüência da concentração de terra nas mãos de um número reduzido de latifundiários e o conflito no campo.

Sendo que a produtividade do latifúndio depende da área produzida, uma das mazelas do capitalismo dependente na região é a violência no campo. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) publica anualmente um relatório que contem os tipos e números de conflitos no campo no Brasil. Eles anunciaram recentemente uma relação da quantidade de assassinatos e julgamentos, que ocorreram durante os anos de 1985 a 2017. Nesses dados, observamos um total de 1438 casos de violência no campo e, desse total, 85 são do Estado de Mato Grosso. Destes casos, foram registradas 1904 vítimas, sendo 139 de Mato Grosso. (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT)

CONCLUSÃO

A partir das referências bibliográficas utilizadas e dos dados sobre a formação do Brasil e do Estado de Mato Grosso, constatamos que economia brasileira, desde a relação com a metrópole (Portugal) existente no período colonial até as relações atuais com os países imperialistas tem como característica destacada a dependência econômica.

A região mato-grossense sofre expressivamente as mazelas dessa relação de dependência, fazendo que com que o Estado se caracterize por acentuado atraso econômico e social, não como falta de desenvolvimento do capitalismo na região, mas como a própria forma do capitalismo dependente se expressar.

Conforme pôde ser evidenciado, os períodos de desenvolvimento econômico da região foram todos voltados para a exportação de commodities, pautado em trabalhos precarizados, sem que, em momento algum da história, tivessem sido operadas transformações estruturais. Tanto no período do ouro, da produção açucareira e agropastoril, como nos dias atuais com os produtos advindos do agronegócio, a economia permaneceu voltada majoritariamente para a exportação e, em grande parte, caracterizada pelo latifúndio, submetida aos interesses dos países centrais.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Todo desenvolvimento econômico da região, embora tenha levado ao crescimento econômico, não levou à soberania econômica e política, já que, dentro dos marcos do capitalismo dependente, o desenvolvimento deste tipo de capitalismo sempre leva a reposição ampliada das relações de subordinação e dependência em relação aos países centrais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BERTRAN, P. **Uma Introdução à História Econômica do Centro- Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, 1988.

BRASIL. **Lei complementar 87 de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. **Assassinatos e Julgamentos (1985 a 2017)**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 20 de Maio de 2018.

Centro de estudos avançados em economia aplicada- CEPEA. **Índices de exportação do agronegócio**, 2017. Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br>> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária- IMEA. **Agronegócio no Brasil e em Mato Grosso**. Disponível em:< <http://www.imea.com.br/imea-site/#>> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

LENIN, V.I. **Imperialismo: Estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARINI, R. M. A dialética da dependência. in: Marini, Ruy Mauro; Traspadini, Roberta; Stedile, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo, 2011.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

NAKATANI, P; FALEIROS, R. N; VARGAS, N. C. **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira.** In Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2012.

ROSSI, R. **Processo Sócio- Histórico da ocupação do território Mato- Grossense: Centro Jesuíta de cidadania e ação social de Cuiabá.** In: WERNER, I; SATO, M. Relatório Estadual de Direitos Humanos e da Terra. Mato Grosso- Brasil, 2015.

RIBEIRO, D. **América Latina: A Pátria Grande.** Brasília: Ed. UNB, 2014.

RIVERA, M. S. P.; PINTO, G. F. P. M. Aspectos ocupacionais na área central do continente sul-americano: formação territorial mato-grossense. In: HIGA, T. C. D. S. (org) **Estudos regionais sul-americanos sociocultura, economia e dinâmica territorial na área central do continente,** 2008, Cuiabá: EdUFMT.

SÁ, R. O. **Dinâmica da acumulação do capital no norte de Mato Grosso: estudo relativo à indústria da madeira e da carne (1970-2007).** Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SOUZA, S. T; CONCEIÇÃO, A. L. **As “novas” estratégias do capitalismo para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio.** Revista Pegada. Vol.9 n.1, 2008.